

NÃO É FALTA DE RECURSO, É ESCOLHA: 2026 SERÁ DE LUTA PELA EDUCAÇÃO

A crise na educação pública do Distrito Federal não é por acaso: é **resultado das escolhas do governo Ibaneis-Celina**, que prioriza interesses empresariais enquanto ignora demandas urgentes da população, como o direito a um ensino de qualidade, inclusivo e acessível a todas e todos.

Como consequência, **enfrentamos problemas graves**: a superlotação de salas de aula, a carência de profissionais concursados, a falta de estruturas adequadas nas escolas, além dos constantes erros nos salários dos profissionais em regime de contratação temporária.

Tudo isso é resultado **da redução de investimentos para a educação e da ausência de políticas educacionais consistentes por parte do governo Ibaneis-Celina**.

É importante lembrar que estamos falando de um **governo do paliativo**, que não enfrenta as causas dos problemas, mas que atua com soluções provisórias — seja do ponto de vista da educação pública ou das condições de trabalho de seus profissionais.

Essa escolha política se revela de forma ainda mais evidente quando, em um dos maiores escândalos bancários recentes do país, o governo Ibaneis-Celina **destinou bilhões de reais do Banco de Brasília (BRB) para salvar o Banco Master**. Ao mesmo tempo, alegou não ter recursos para atender às demandas da categoria magistério. Durante a greve de 2025, o **Sinpro denunciou a contradição e fortaleceu a mobilização**.

A situação se agrava com **investigações sobre desvio de cerca de R\$ 50 milhões na Secretaria de Educação do DF**, reforçando um ambiente de instabilidade e questionamentos.



Mesmo diante do cenário adverso, a luta da categoria organizada pelo Sinpro arrancou conquistas importantes durante esse governo: **a incorporação da Gaped/Gase, em 2023, e o PL das Titulações, que dobrou os percentuais por qualificação na tabela salarial: 10% para especialização, 20% para mestrado e 30% para doutorado.**

A mobilização coletiva ainda conquistou a nomeação de **3 mil novos(as) profissionais, a prorrogação do certame de 2022 e a garantia de novo concurso público**, com a publicação de edital para o primeiro semestre de 2026. **Além disso, o descongelamento dos anuênios**, reivindicação do funcionalismo público, só foi possível graças à pressão da categoria e de outros(as) servidores(as).

O escândalo do Banco Master também trouxe preocupações em relação ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev). Como acionista de quase 13% das ações do BRB, o Instituto **expõe a riscos os recursos destinados às aposentadorias e pensões dos(as) servidores(as).**

O descaso com a educação pública se expressa igualmente na área da saúde da categoria. Entre as principais queixas estão dificuldades no agendamento de perícias médicas, demoras no reconhecimento de estabilidade provisória e entraves administrativos em diversos processos, junto à Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do DF (Subsaúde).

Professores(as) e orientadores(as) educacionais ainda têm lidado com recorrentes problemas no acesso aos serviços do Plano de Saúde do DF (GDF Saúde) — administrado pelo

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF (Inas-DF).

Não há crise sem responsáveis. O que está em curso é um projeto que retira direitos da educação pública enquanto beneficia interesses de empresários. Diante de um governo que faz escolhas políticas que prejudicam servidores(as) e estudantes, o magistério permanecerá mobilizado.

Seguiremos em luta para garantir o zeramento do banco de aprovados do concurso de 2022, a continuidade da reestruturação da carreira e a valorização da educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Em 2026, estarão em disputa os rumos da educação no DF. Teremos a oportunidade de escolher um novo projeto comprometido com a valorização do magistério público e dos direitos. Nesse cenário, a mobilização da categoria se

fortalece, com a participação na **Marcha da Classe Trabalhadora, no dia 15 de abril**, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais.

Além disso, **no dia 23 de maio**, realizaremos **Assembleia Geral do Magistério**, espaço estratégico para **atualização da pauta de reivindicações e fortalecimento da luta em defesa do projeto de educação que defendemos.**

Cada direito conquistado nasceu da luta da **categoria organizada pelo Sinpro, e será com mobilização que seguiremos avançando!**

PELO QUE LUTAMOS:

- Zeramento do banco de aprovados do concurso de 2022
- Reajuste do auxílio-alimentação (4 anos sem aumento)
- Contra a superlotação nas escolas
- Construção de novas escolas
- Reajuste e isonomia na gratificação dos gestores
- Pagamento correto e sem atrasos para os CTs
- Diário eletrônico eficiente
- Fim do ponto eletrônico
- PDAF valorizado, sem atraso e sem burocracia
- Fim da militarização das escolas públicas
- Valorização da educação inclusiva
- Universalização da Educação com Movimento

CALENDÁRIO DE LUTAS

- Sessão Solene em Homenagem ao Sinpro
27 de março, Plenário da CLDF, às 19h
- Comissão Geral sobre o Educa DF
9 de abril, Plenário da CLDF, às 15h
- Marcha da Classe Trabalhadora (Com paralisação)
15 de abril, concentração às 8h, no Teatro Nacional
- 1º de Maio da Classe Trabalhadora – a definir

ASSEMBLEIA GERAL
(Atualização da Pauta de Reivindicação)
23 de maio, Auditório da CLDF, às 9h





**VEJA AS PRÓXIMAS
ETAPAS**

**PARA A REESTRUTURAÇÃO
DA CARREIRA**



- ✓ Redução dos padrões de 25 para 15: maiores salários mais rápido e melhorias no cálculo da aposentadoria
- ✓ Antecipação dos padrões: de 5 para 3 anos
- ✓ Valorização do padrão anual: de 1% para 2% ao ano
- ✓ Inclusão da GACOP no plano de carreira
- ✓ Extensão da GAA para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do Primeiro Segmento da EJA
- ✓ Universalização da GAEE para todos os professores e orientadores educacionais de escolas regulares que atendem estudantes com deficiência ou transtornos



Acesse o sistema de
votação pelo
QR Code abaixo

